

A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO HOMEM EM ARISTÓTELES E MARX: FUNDAMENTANDO O EDUCANDO COMO SER POLÍTICO-SOCIAL E DE TRABALHO NO PROCESSO EDUCACIONAL SOCIAL

Marcelo Barboza Duarte¹

RESUMO

Diante dos embates e dilemas que vive o Brasil após o ano de 2016, fundamentalmente no que diz respeito a educação pública brasileira, o presente trabalho procurou se debruçar, refletir e verificar a posição e situação do educando brasileiro no cenário social nacional, e sobretudo escolar. Levamos em conta como base de configuração do indivíduo-sujeito e estudante sua identidade enquanto ser biopsicossocial, isso na perspectiva Aristotélica e Marxista de homem, tanto como ser dotado de razão, emoção, vontade, social, político, teleológico (Aristóteles) e essencialmente ser de trabalho e histórico (Marx).

PALAVRAS-CHAVE: Homem. Político. Social. Histórico. Trabalho.

ABSTRACT

In the face of the clashes and dilemmas that Brazil is experiencing after 2016, fundamentally with regard to Brazilian public education, the present work sought to examine, reflect and verify the position and situation of the Brazilian learner in the national social scene, and especially school. We take into account as the basis of the configuration of the individual-subject and student their identity as a biopsychosocial being, that in the Aristotelian and Marxist perspective of man, as well as being endowed with reason, emotion, will, social, political, teleological (Aristotle) of work and history (Marx).

KEY WORDS: Man. Political. Social. History. Work.

Introdução

No Brasil como em qualquer outro país sempre houve e há as disputas políticas, ideológicas, religiosas e dentre outras que marcam e atravessam as sociedades. Entretanto,

¹ - Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências pelo Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Especializado em Filosofia pelo Departamento de Pós-Graduação Lato-Sensu da Universidade Gama Filho (UGF); Licenciado em Pedagogia Plena com Habilitação ao Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Fundamental e Médio, Orientação, Supervisão e Administração Educacional pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória - ES; Licenciado em Filosofia pela Universidade de Taubaté (UNITAU) e Bacharelado em Filosofia pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

geralmente intrínsecas a estas há o interesse econômico e a obtenção do e de poder por parte de indivíduos, grupos e ou instituições, bem como a manutenção e expansão de poderes. Mas, o ano de 2016 para a sociedade brasileira foi um ano com características bem específicas de tais embates e disputas de poder, uma vez que, pós o referido ano o país sofrera mais um golpe de estado na trajetória de sua história, bem como a execução de políticas com ataques de modo frontal aos direitos dos brasileiros.

Porém, um dos ataques políticos-ideológicos que também vem causando indignações por suas controvérsias e polêmicas, está diretamente vinculada à educação básica e pública brasileira, onde não há apenas o reforço da legitimação, efetivação e gerenciamento da religião dentro da educação pública brasileira, como também a liberação do ensino religioso de forma confessional, inclusive em detrimento, segregação e exclusão de disciplinas do currículo escolar, tais como filosofia, sociologia, artes e dentre outras. No qual são disciplinas com conteúdos fundamentais para uma formação ampla, plena e integral dos estudantes.

Logo, podemos assim dizer de outro modo que após o ano de 2016 o Brasil vem travando vários embates no campo político, ético, moral, educacional e epistemológico sobre os conteúdos que se devem ou não ensinar nas escolas de educação básica e pública do país. A estes fatos, disciplinas como filosofia, sociologia e dentre outras são estigmatizadas e até marginalizadas do campo de saber dos educandos da educação básica da rede pública brasileira.

Ora, fica evidente que a segregação, estigmatização, marginalização e exclusão de tais disciplinas interessam a algum grupo, partido, ideologia, sujeitos e seus objetivos em geral, tanto com a educação brasileira, sua forma, seus conteúdos e clientela ou massa humana em geral. E isso para a configuração, legitimação e ou manutenção de algum tipo de poder e ideologia a ser implantada, bem como seus interesses e objetivos a serem alcançados. E assim retiram conteúdos que abarcam uma educação e conteúdos heterodoxos, objetivando tão logo implantarem uma educação e conteúdos oriundos de uma matriz religiosa, e sendo estes completamente ortodoxos.

Com isso, o campo educacional é/seria um espaço apropriado para se implantar uma ideologia em detrimento de outra. Ou seja, a escola é espaço de disputas de poder, e ali há embates ideológicos que contribuem para a formação plena e ou integral do educando ou sua total e ou completa alienação, logo, uma não formação plena e ou integral resulta em prejuízos e deficiências para o próprio educando. E isso seria uma contradição, já que à gênese da proposta escolar e seus conteúdos seria espaço ou local de lazer, desenvolvimento intelectual,

socialização, sociabilidade, desenvolvimento pleno e integral, abarcando a omnilateralidade do ser, no caso, o educando.

Desse modo, como já mencionado que na esteira da história sempre houveram os embates, conflitos e lutas de classes, no qual se deram dois projetos e modelos de escolas, educação e conteúdos com seus respectivos objetivos, e seriam aquelas com objetivos a formação da classe social dominante, sendo fundamentalmente política, e outra para a classe social dos dominados, essencialmente alienadora. Porém, não poderemos pelo objetivo aqui, nos aprofundar sobre tal problemática. Mas prosseguiremos na linha de raciocínio que nos leva ao desenvolvimento da temática em questão: A dimensão ontológica do homem em Aristóteles e Marx: Fundamentando o ser político-social e de trabalho no processo educacional social.

Entretanto, não podemos nos furtar em demonstrar de forma clara e objetiva a função e papel da educação e da escola, bem como seus espaços e conteúdos como um todo. Uma vez que, a escola é uma das instituições tidas como centrais em nossas “sociedades ocidentais,” isso pelo fato da referida ser local para produção e reprodução de mão de obra para o mercado de trabalho, e ao mesmo tempo também um campo de disputas de poder. Podendo assim manter o *status quo* social ou buscar meios para transformá-lo e ou superá-lo.

Portanto, as propostas escolares, formas, modos e seus conteúdos são também políticos, e suas concepções estarão sempre marcadas e atravessadas por ideologias. Seja de dominação, subordinação, controle e submissão, ideologizadas e implementadas pela classe dominante, e por sinal bastante ortodoxas e com supostos valores morais e tradições de subordinação, ou de formas de resistência, luta, heterodoxas e libertação por parte da classe dominada. No qual geralmente são tidas pela classe dominante como movimentos e práticas subversivas. A tal fato não nos admira o sociólogo P. Bourdieu (1930-2002) ser convidado para o debate e nos informar que:

É no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que tem por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam e isso por meio dos interesses específicos que aí são determinados (BOURDIEU, 1996, p. 60-61).

Tais fatos são no sentido de que a classe dominante através da ideologia procura ocultar, distorcer e mascarar as realidades sociais, suas desigualdades e injustiças advindas da luta de classes. E ao mesmo tempo também por meio das ideologias tenta manter os indivíduos

alienados de tais realidades classistas através de tentativas de inutilizar o ser político e crítico de cada pessoa, e sobre a ideologia enfatiza Chauí,

A ideologia é resultado da luta de classes, e que tem por função esconder a existência dessa luta. Podemos ainda acrescentar que, o poder ou a eficácia da ideologia aumentam quanto maior for sua capacidade de ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes (CHAUÍ, 2006, p. 90).

Geralmente a questão da alienação e bem como da despolitização dos indivíduos sobre os aspectos sociais, políticos, seus antagonismos e conflitos é baseado em um discurso de cunho opinativo e ideológico bem elaborado na esfera do senso comum, onde há muitas teorias de dominação mascaradas. Ainda sobre estes assuntos e as questões sobre ideologia, classes, alienação e sociedade, Chauí expressando o pensamento marxista diz que,

Marx e Engels mostram que as relações dos indivíduos com sua classe é uma relação alienada. Ou seja, assim como a Natureza, a Sociedade e o Estado aparecem para a consciência imediata dos indivíduos com os poderes separados e estranhos que os dominam e governam, assim também a relação dos indivíduos com a classe lhes aparece imediatamente como uma relação com algo já dado e que os determina a ser, agir e pensar de uma forma fixa e determinada. A classe ganha autonomia com relação aos indivíduos, de modo que, em lugar de aparecer como resultante da ação deles, aparece de maneira invertida, isto é, como causando as ações deles (CHAUÍ, 1980, p. 37).

Com isso, podemos verificar que as relações sociais são constantes relações de conflito, ideologias e dominação, onde a classe dominante procura a todo instante manter e reestruturar sua dominação e hegemonia, incluindo aí a escola como espaço de embates e conflitos culturais e ideológicos, no qual acaba sendo campo de disputa de poder, controle e disciplina das vidas; podendo ser tanto para uma inserção na engrenagem do sistema de produção capitalista, ou uma possibilidade de superação e transformação do sistema dominante e vigente.

Nesta perspectiva não há como não conceber a escola e seus espaços e conteúdos como locais de contradições e ideologias, que tentam a todo instante neutralizar-aniquilar ou elevar o indivíduo enquanto ser político e crítico, pois a mesma além de local de aprendizado, é também local de alienação, domesticação, controle e condicionamento do indivíduo, pois através de supostos valores e tradições infundadas pode objetivamente se culminar no culto e devoção da classe hegemônica e que detém os meios e instrumentos de produção (FOUCAULT, 2001).

Sendo assim, podemos verificar que a alienação por meio e através das ideologias dominante, hegemônicas e de dominação perpassam e atravessam todos os espaços e esferas da

vida social, onde sua finalidade é manter a situação do *status quo* social, que é de dominação, disciplina e controle dos indivíduos. M. Foucault (1926-1984) procurou explicar a existência dos dispositivos de poder exercidos no meio social, seja através do Estado, bem como na própria educação/escola e formação dos indivíduos em geral, logo, corroborando com Chauí, podemos verificar o seguinte,

O poder disciplinar (...) organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede 'sustenta' o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho inteiro que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. (FOUCAULT, 2001, p.158).

O poder disciplinar que caracteriza a estrutura e o funcionamento de instituições, de modo particular, a escola, constitui-se por dispositivos como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, os exames.

Ora, se a escola é campo de disputa de poder e de ideologias, se é necessário verificar no cenário da política atual brasileira, qual as percepções, saber e concepções políticas da comunidade escolar, pois a mesma pode estar apenas reproduzindo as ideologias dominante e de subordinação, ou estar lutando e resistindo as investidas da classe dominante. Lembrando que o perceber, saber e conhecer é crucial e fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, da sociedade e dos educandos das escolas em geral. Entretanto, as informações e ideologias oriundas da classe hegemônica, procura a todo o instante lançar os modos de resistência educativo das camadas dominadas como sendo subversivos, isso por buscar romper e superar a dominação e seus padrões.

Portanto, não há como negar que a sociedade é formada por e de ideologias diversas, pois faz parte da própria natureza da sociedade em si. Já que a (s) ideologia (s) é (são) uma característica e marca do ser humano no cenário da natureza e do mundo. Isso como parte de sua essência e estrutura enquanto ser biopsicossocial, de trabalho e histórico.

Aristóteles e o homem, um animal político e social

Muito se ouve falar em política, direitos, educação, violência, exclusão social, politização, Lei, a lei diz isso ou aquilo, conscientização, justiça, sociedade mais justa e tantos outros termos. Entretanto, poucas pessoas parecem saber exatamente alguma coisa sobre alguns desses assuntos, e boa parte não sabe nada a respeito desses temas/assuntos.

Porém, um número significativo de pessoas produzem opiniões sobre tais temas, realizam juízos de valor, e em certos casos atrelam tais assuntos à esfera religiosa e ou metafísica, onde a justiça parece pertencer ao campo de seres de outra dimensão, divindades e ou dos deuses; sociedade justa somente nos céus ou numa outra vida; a Lei é a “deusa” da sociedade, onde se deve cumprir sem questioná-la; conscientização é pensar exatamente igual aos demais para manter uma ordem e harmonia no *status quo* social, “quase” uma homogeneização do pensar e como pensar; e ainda, ser politizado é apenas emitir opiniões e críticas sobre questões políticas e de partidos políticos, lembrando que o falar em política já é um caso complexo e complicado em muitos locais.

E o que dizer das expressões: “Não gosto de [falar sobre] política, não sei nada de política, não entendo política e, futebol, religião e política não se discutem!” A quem interessa tais fatos descritos? Como interessa? Por que interessa? Quem é que ganha com a não politização da população e quem perde com a mesma? O que ganha os ganhadores com a não politização do povo e o que perde os não politizados? Como ganham? Quando e onde ganham os interessados com a despolitização e quando e onde perdem os despolitizados? Será que confundem política apenas com instituições políticas e partido político? Será que resumem o assunto política as instituições e ou partido ou vários partidos, e a seus políticos? Ou será que pode se haver ignorância parcial e ou total sobre o que é/seria ser político e politizado?

Quais as relações destas indagações com a questão da alienação, controle, condicionamento, violência e da exclusão social? O que é ser político? O que é ser politizado? Como ser? Onde atuar e como atuar?

Tais indagações geralmente trazem dentro de seu bojo respostas baseada em opiniões e ou de senso comum, e não com conhecimento e consciência dos fatos em sua realidade, e em muitos casos das discussões em nosso dia a dia, as mesmas questões são norteadas, normatizadas e direcionadas por respostas “prontas” e que ocultam possíveis verdades e realidades, no qual são confeccionadas por ideologias de dominação para a não compreensão do real e seus conflitos de classes, bem como de seus antagonismos enquanto característica do

fenômeno de tais relações sociais classistas. Lembrando que não afirmo que uma sociedade sem divisão de classes não tenha violência ou a exclusão social, como no caso de sociedades indígenas e ou sem Estado, mas a forma das relações sociais, sua dimensão e configuração assumem maneiras e objetivos bem diferentes das sociedades capitalistas. (CLASTRES, 2004).

Diante dessas problemáticas, suscitamos Aristóteles (384-322 a.C), o estagirita, onde em suas teorias e concepções há mais de 2.500 anos nos definiu o ser humano como um animal político-social, o *zoonpolitikon*, no qual o referido nos diz:

§ 9- É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. (ARISTÓTELES. Política. Livro Primeiro, Capítulo I. Editora: Martin Claret, SP, 2004, p.14).

Podemos observar que o estagirita além de afirmar que o homem é um animal político,² também o é social, uma vez que, ele nos diz que o aparecimento da cidade é um processo natural inserido no desenvolvimento com laços intrínsecos, imanente e inerente ao e do homem enquanto ser e animal diferente dos demais animais. Pois segundo ele, “A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar,” (ARISTÓTELES, 2004, p.13). E ainda quanto à questão da cidade como desdobramento do homem, ele nos diz que,

§ 1. Sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer bem - sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade ou sociedade política. (ARISTÓTELES. Política. Livro Primeiro, Capítulo I. Editora: Martin Claret, SP, 2004, p.11).

² Se é necessário esclarecer que para Aristóteles e seu contexto social, cultural, político e econômico os atributos que caracterizam o homem como animal político é abrangente aos homens em geral, inclusive os escravos. Entretanto, para participar das deliberações da *polis* grega não bastava apenas ser enquadrado como animal político, mas sobretudo, tinha que ser considerado cidadão, e o ser cidadão da *polis* não contemplava a todos indivíduos, tal como os escravos, mulheres e estrangeiros residentes nas cidades-estados, pois estes indivíduos não cumpriam os requisitos necessários para serem considerados cidadãos. (ARISTÓTELES. Política. Editora: Martin Claret, SP, 2004).

Logo, além do homem ser um animal político, ele também o é criador da cidade por ser um ser dado ao viver apenas em sociedade, portanto, um ser social, já que para Aristóteles apenas um ser vil, uma fera, uma besta ou um deus possuem a capacidade de não viverem em sociedade. Onde assevera que, “§ 8. A sociedade constituída por diversos pequenos povoados forma uma cidade completa, com todos os meios de se abastecer por si, e tendo atingido, por assim dizer, o fim a que se propôs. Nascida principalmente da necessidade de viver, ela subsiste para uma vida feliz,” (ARISTÓTELES, 2004, p.13).

Com isso, para Aristóteles a dimensão política e social do homem está diretamente ligada e dependente a sua capacidade e ou dotação de razão, paixão e a sua possibilidade e busca da e pela virtude, e no qual se manifesta tais dimensões através e por meio da palavra/*logos*. Entretanto, as concepções de paixão e virtude para o estagirita e a cultura grega do contexto, não o são as mesmas que concebemos em nossas sociedades modernas. Mas, tanto razão, paixão e virtude estão inscritas como parte da dimensão ontológica do ser humano enquanto ser que difere dos demais animais. Por isso ele nos demonstra que,

§ 10. Claramente se compreende a razão de ser o homem um animal sociável em grau mais elevado que as abelhas e todos os outros animais que vivem reunidos. A natureza, dizemos, nada faz em vão. O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela foi também concedida aos outros ani-mais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a se fazer compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os senti-mentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado. (ARISTÓTELES. Política. Livro Primeiro, Capítulo I. Editora: Martin Claret, SP, 2004, p.14).

Desse modo, precisamos ressaltar que há vários outros animais gregários como os homens, mas os mesmos não se associam como os homens, constituindo a cidade, leis, constituições e normas com fins ao viver bem e em cidades, pois a busca da virtude é justamente para se alcançar a *eudaimonia*, a felicidade num processo holístico do indivíduo consigo, o cosmos e em seu todo coletivo social, e tais características somente o animal político-homem com as dotações da razão, paixão, virtude e *logos* possui.

Destacando ainda que, para o estagirita na diferenciação do viver de forma gregária entre os homens e os animais, é justamente porque os primeiros sabem perceber o bem e o mal, o justo e o injusto, isso pelas referidas dotações advindas de um ser essencialmente teleológico.

Já os demais animais não possuem tais características e dotações. Portanto, nos assegura Aristóteles,

Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil. (ARISTÓTELES. Política. Livro Primeiro, Capítulo I. Editora: Martin Claret, SP, 2004, p.15).

Diante destes fatos, podemos observar que Aristóteles nos traz o homem como animal político-social por meio e através de um movimento que não se dá originário na estrutura biológica, mas ontológica do homem enquanto ser de corpo e alma. Onde talvez em processos dialéticos, dialógicos, polifônicos e epistemológicos ebulem no ser do homem e assim venham se convergir no seio social mediados pela palavra/*logos*.

Vale mencionar que até hoje estamos em busca de nos aprofundar sobre esse dilema e definição do *zoonpolitikon* Aristotélico. Pois ainda estamos em marcha na abertura do ser humano enquanto ser político e social que o estagirita nos trouxe, tanto para refletirmos como para nos inquietar diante de tantos dilemas que marcam esse Ser que deve ser conhecido por si e para si no desenrolar de sua atuação biopsicossocial, histórica e de trabalho com o outro, e ambos mediados pelo *logos* e pela linguagem em si em suas várias formas (ARISTÓTELES, 2004).

Marx e o homem social, histórico e de trabalho

Se o filósofo Aristóteles compreende o ser humano como um animal político-social, K. Marx (1818-1883) o compreende como ser histórico, social, teleológico e que se constitui pelo trabalho. Isso porque o ser humano não pode ser privado de estar em sociedade e assim deve participar ativamente do grupo social que está inserido, uma vez que, as relações sociais são interligadas às forças produtivas e econômicas, e sendo as mesmas determinantes na vida da pessoa e na sociedade. E ao adquirir novas forças produtivas, os homens vão se modificando e modificando seus modos de produção, e assim modificam também todas as relações sociais. E por ser o homem um ser teleológico, uma vez que projeta racionalmente as intenções,

intervenções e modificações que irá realizar na natureza, e no qual é o único ser que trabalha e produz, sendo modificado significativamente por meio de sua ação na natureza, transformando-a e a ressignificando de acordo com suas necessidades materiais, sociais e históricas (MARX, 1988).

Logo, para Marx o indivíduo é um ser social por causa da dimensão do trabalho como parte imanente e inerente ao e do próprio ser humano. Ou seja, ser humano é o único animal que trabalha no sentido teleológico. E com isso, a pessoa necessita do trabalho, já que com o trabalho o ser humano altera a natureza e se constrói enquanto ser e indivíduo, ser social, político e histórico. Já que o trabalho tem sua dupla centralidade, e que segundo Marx, “tanto como valor de uso como valor de troca.” A esse respeito Marx afirma:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1988, p. 50).

Assim sendo, o ser humano é um ser que trabalha, e que com esse trabalho, ele se constrói e se dignifica, tornando-se exatamente aquilo que ele é, ser histórico e social. Uma vez que, o próprio trabalho tem também a sua dimensão social e de formação do ser humano (MARX, 1988).

Portanto, neste momento precisamos compreender que o indivíduo “animal humano” é composto de várias características que o distingue em muito dos demais animais, já que através do entendimento de tais características, começamos a perceber e a ver a importância do ser humano enquanto “animal/ser” político, e mesmo que se considere como apolítico, ele se posiciona politicamente, isso influenciado por ideologias e políticas vindas de outras influências históricas e sociais dominante, como bem demonstra Chauí,

O que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém, o que faz a ideologia ser uma força quase impossível de se atingir e ser destruída, é justamente o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses, ou Deus, a Razão ou a ciência, a sociedade, o Estado) que existem em si e por si, e as quais é legítimo e legal que se submetam aos mesmos. (CHAUI, 2006, p. 87).

Desse modo, observa-se que os indivíduos necessitam urgentemente de uma formação política, filosófica e científica igualitária, equilibrada e emancipatória, para que possam se posicionar de forma politizada e para atuarem na sociedade à qual fazem parte, de modo a criarem possibilidades de efetivas transformações sociais. Uma vez que, tais manifestações, opiniões, posicionamentos e afirmações apolíticas podem ser uma construção ideológica estruturada em direcionamentos à alienação política do indivíduo-pessoa, bem como de boa parte da sociedade.

Por tais motivos Marx procurou nos demonstrar que, “o homem enquanto ser social não pode de forma alguma desconsiderar e ignorar a efetiva presença das ideologias e das classes sociais.” Marx materializa a concepção das ideologias das classes dominantes através de seus aparelhos ideológicos de alienação e reprodução do pensar ao modo dominante, e isso por meio de diversos canais sociais inseridos na contínua e constante luta de classes. Onde a função de tais ideologias é justamente deformar a concepção do ser político, social, histórico e produtor de valor de uso e valor de troca através e por meio do trabalho. No qual resultam no processo de mais valia (MARX, 1988).

Por isso, Marx ao unir a teoria e a prática humana que se desemboca no meio social nos traz de forma clara as relações existentes entre ideias e fatos, e consecutivamente onde há conflitos e a luta entre as classes. No qual a classe dominante detentora dos meios de produção, de poder econômico e político, cria instrumentos com finalidade de conduzir a classe dominada a uma mentalidade e comportamentos homogêneos, sobretudo, acríticos e apolíticos, com fins a alienação no ser que por natureza é político, social e histórico. O referido ainda nos diz que a superestrutura de organização social estaria a abarcar as ideias representadas pelos costumes, tal como as instituições religiosas, jurídicas, políticas e dentre outras. E as referidas fundamentalmente como canais de disseminação das ideologias dominantes e formatadoras de todo o processo de reprodução social, inclusive as instituições escolares/de escolarização (MARX, 1988).

Somente um indivíduo politizado é/seria capaz de entender e compreender sobre o que seriam realmente suas necessidades básicas, direitos fundamentais e sua ação social no tempo e no espaço de forma a contribuir para uma classe para si. E a isso a proposta de Marx nos aponta um indivíduo que pode se libertar do ser alienado do trabalho e de sua consciência escrava dos processos ideológicos, ou seja, a despolitização dos processos sociais e históricos, ao qual estão marcados por lutas de classes, e ideologias dominantes de alienação do trabalhador, do produto de seu trabalho e estranhamento de suas produções (MARX, 1988).

Conclusão

Assim sendo, observa-se que não é a consciência que produz o ser social e histórico, mas é a pessoa conscientemente política e politizada que atua e age no tempo e no espaço, e isso nas relações sociais, materiais e espirituais através de sua participação política e de produção, que se transforma e a sua consciência. Tudo se dando através das relações materiais e históricas objetivas e subjetivas. Ou seja, o indivíduo não transforma a consciência de forma autônoma e subjetiva por princípios metafísicos, espirituais e subjetivos, mas sim por sua realização enquanto material no tempo e espaço enquanto ser social, com suas produções e objetividade, ao qual transformam a natureza para satisfazer e ou suprir as suas necessidades, e esse mesmo indivíduo se modifica e se transforma, bem como a sua própria consciência e objetivação de e do mundo. Uma vez que,

A história é história da luta de classes, então a sociedade civil não é A Sociedade, isto é, uma espécie de grande indivíduo coletivo, um organismo feito de partes ou de órgãos funcionais que ora estão em harmonia e ora estão em conflito, ora estão bem regulados, ora estando em crise. A sociedade civil concebida como um indivíduo coletivo é uma das grandes ideias da ideologia burguesa para ocultar que a sociedade civil é a produção e reprodução da divisão em classes e é luta das classes. Isto significa que a sociedade não pode ser o sujeito da história, criando-se e recriando-se a si mesma por passes de mágica. A história é “os indivíduos fazendo-se uns aos outros, tanto física quanto espiritualmente”. (CHAUÍ, 1980, p. 36).

Desse modo, tornou-se indispensável demonstrar a importância da unificação do ser humano enquanto ser político, social e histórico e que trabalha, conforme vistos em Aristóteles e se fundindo a Marx. Já que a tríade humana política-social, histórica e de trabalho estão intrinsecamente determinadas na produção do e no meio social, isso enquanto práxis humana e bem como dentro dos processos educativos da formação humana, onde as instituições possuem o dever de trabalhar tais conteúdos como a reflexão do ser humano em sua formação plena, integral e sobretudo, omnilateral. Onde a negação, redução e deficiência em um processo educacional que desenvolva tais reflexões e logo, habilidades conceituais, intelectuais e de conhecimento, se torna uma educação aleijada e alienada. Comprometendo assim toda a formação e conscientização dos educandos enquanto ser social, político, histórico e de trabalho, logo, se é necessário uma educação que abarque todas as expectativas e aspirações de tais dimensões do indivíduo biopsicossocial que é o ser humano, e isso independente de idade, sexo, etnia, nação, cultura e idioma.

Referências:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia – Edição Revista e Ampliada**. Editora: Martins Fontes, 2012.

ARISTÓTELES. **Política**. Livro Primeiro, Capítulo I. Editora: Martin Claret, SP, 2004.

_____. **Ética a Nicômaco**. Editora: Martin Claret, SP, 2006.

_____. **Metafísica**. Editora: Loyola, SP, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A, 2002.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Editora: Ática, 2006.

_____. **O Que é Ideologia**. São Paulo, Editora: Brasilense, 1980.

CLASTRES, P. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de Antropologia Política, São Paulo, Cosac & Naify. 2004.

ENGELS, F.; MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Editora; Boitempo, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões**. 40ª Edição, Ed. Vozes, 2001.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Editora: Zahar, 2006.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo, Editora: Boitempo, 2004.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1998.